

### 3 As ações afirmativas no CAp/UERJ

Em 1º de abril de 1957, foi criado o Ginásio de Aplicação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (UDF). A mudança de denominações da atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) acompanhou as transformações geopolíticas ocorridas à época. Com a mudança da capital para Brasília, em 1960, seu nome foi alterado para Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Em 1961, a cidade passou a denominar-se Guanabara, constituindo o único caso de uma cidade-estado. A URJ passou a se chamar Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Com a fusão dos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, a instituição ganhou, em 1975, seu nome definitivo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro<sup>51</sup>. O Ginásio de Aplicação foi instituído como campo de estágio e de experimentação metodológica atendendo as exigências previstas na Lei 9053/46, que determinava a criação de instituições para a prática docente dos/as estudantes matriculados/as no curso de Didática e Licenciaturas.

De acordo com Isis Santos (2006), o Ginásio de Aplicação da UERJ, assim como os demais colégios de aplicação de outras universidades, foi pensado e idealizado na perspectiva escolanovista. Essa concepção opunha-se a chamada escola ou pedagogia tradicional que se fez presente de modo hegemônico na educação brasileira até o fim do século XIX. A Escola Nova tinha uma proposta de inovação: os conteúdos deixariam de ser exercícios de memorização e fixação passando a ter significação; o professor se tornaria facilitador da aprendizagem e o aluno passaria a ser o centro do processo de ensino. A Escola Nova<sup>52</sup> surgiu no Brasil vinculada à necessidade de expandir o ensino elementar e de superar a escola tradicional diante das exigências do mundo moderno. Uma das bandeiras

---

<sup>51</sup> Dados retirados da página oficial da UERJ ([www.uerj.br](http://www.uerj.br)).

<sup>52</sup> O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, representou um dos mais significativos e propositivos movimentos nacionais em prol da implantação do sistema de educação pública. O Manifesto contou com vinte e seis signatários entre eles Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme, Cecília Meireles, entre outros (Ana Paula da Silva, 2012, p. 2-4)

defendidas por esse movimento e seus idealizadores “foi a formação integral do aluno através de uma escola pública de qualidade onde a criança seria o centro de todo o processo educacional, sendo respeitada em seus interesses e em sua evolução intelectual, podendo experimentar os resultados a serem alcançados e não recebê-los prontos” (SANTOS, 2006, p. 26-27).

Desse modo, o principal objetivo era ser um espaço de experimentação onde se “aprende a fazer fazendo”, abordagem que emergia no bojo do grande otimismo pedagógico presente na época<sup>53</sup>.

Ainda de acordo com Santos (2006), o professor Fernando Rodrigues da Silveira idealizou e fundou o colégio de aplicação: [O professor Fernando Rodrigues da Silveira] “teve um contato bastante estreito com aquele grupo de Anísio Teixeira. Então ele circulava nessa roda de grandes educadores que pensavam uma educação de vanguarda, de qualidade, uma educação pública séria, então ele trabalhava sempre com os preceitos desse grupo do Anísio Teixeira” (SANTOS, 2006, p. 27).

O Ginásio de Aplicação nasce, portanto, assumindo a perspectiva escolanovista como fundamentação teórica e também atendendo as exigências estabelecidas na legislação educacional por meio da Lei 9053/46. Segundo Santos (2006), [O professor Fernando Rodrigues da Silveira] “tinha um amor pelo colégio, isso daí todas as pessoas que participaram da criação, com quem eu tenho contato, falam muito do extremo carinho, o colégio para ele foi um filho mesmo, que ele foi gestando, que ele tinha uma atenção toda especial. (...) Ele tinha uma projeção dentro da discussão toda de educação no município do Rio de Janeiro” (SANTOS, 2006, p. 29).

O professor Fernando Rodrigues da Silveira além de fundador foi o primeiro diretor, mas somente mais tarde, em sua homenagem e após a implantação dos cursos científico e clássico, o Ginásio passou a se denominar Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira. No momento de seu surgimento, o Ginásio de Aplicação funcionava no mesmo prédio da Faculdade de Educação que ficava localizada à Rua Hadock Lobo, no bairro da Tijuca, onde

---

<sup>53</sup> Segundo Jorge Nagle (2001, p. 134) o otimismo pedagógico consiste na “crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo e que (...) determinadas formulações doutrinárias sobre escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)”.

funcionava a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dez anos depois de sua fundação, o Colégio foi desvinculado da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras através da Lei 5540/68. Porém, essa relativa autonomia não modificou os objetivos que deram origem ao Colégio. O rompimento dos laços foi apenas administrativo e respondeu às injunções e necessidades institucionais. Ao contrário, a responsabilidade da unidade na integração acadêmica e metodológica entre os ensino fundamental, médio e superior tendeu, com o tempo, a se aprofundar. Em 1967, o Colégio passou a funcionar em um prédio emprestado onde era a antiga Faculdade de Enfermagem que se localizava no Morro do Turano, à Rua Barão de Itapagipe, também na região da Grande Tijuca. Ao ser transferido para esse endereço, o Colégio buscava espaço para suas atividades de caráter escolar, separado do espaço físico dos cursos universitários, garantindo maior flexibilidade de horário e autonomia de funcionamento. Ampliaram-se as relações com a Faculdade de Educação e outros institutos da Universidade, o que aumentou a procura pelo Colégio como campo de estágio e pesquisa para licenciandos/as e diversos outros profissionais.

A partir do início da década de setenta, a instituição passou a formar profissionais aptos à formação de docentes para os cursos clássico e científico<sup>54</sup>. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 5692/71, tornou obrigatório o período de oito anos de escolaridade para o ensino primário e ginásial; estabeleceu a fusão desses dois segmentos, denominados, atualmente, de Ensino Fundamental. A mais importante reivindicação institucional foi a criação do primeiro segmento do então 1º Grau, ampliando os objetivos da unidade e seu campo de atuação para todo o ensino fundamental. A ideia foi referendada pela Universidade em 1977.

De acordo com Santos (2006), em 1977, por força da LDB, o colégio criou o ensino fundamental, de 1ª a 4ª série, e esse segmento funcionava na Rua Hadock Lobo enquanto o segundo segmento, 5ª a 8ª série, desenvolvia suas atividades na Rua Barão de Itapagipe. Em 1987, foi criada a Classe de Alfabetização (CA). Com a criação da CA, o ingresso deixou de ser feito por prova (inclusive na 1ª série) e passou a ser realizado por sorteio. O ingresso para a 5ª série, atual 6º ano,

---

<sup>54</sup> A divisão do Ensino Secundário em clássico e científico perdurou até 1971, sendo alterada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 5692/71. O Ensino Médio clássico voltava-se aos alunos que pretendiam seguir carreira na área das Ciências Humanas como Letras, Direito, Sociologia e afins. Enquanto o científico voltava-se para estudantes que pretendiam seguir carreira na área das Ciências Exatas e Biológicas como Engenharia, Medicina, Física, Biologia, entre outras. ([www.uerj.br](http://www.uerj.br))

era feito por prova e o processo seletivo para esse ano de escolaridade continua acontecendo dessa forma até hoje.

Ainda segundo Santos (2006), o preenchimento das vagas tanto para a 1ª quanto para a 5ª série previa que 50% das vagas deveriam ser destinadas aos funcionários da UERJ. Essa reserva era feita quando os/as funcionários/as eram celetistas e foi realizada para atender acordos coletivos de trabalho. Com o Regime Estatutário a partir de 1988, o percentual de vagas manteve-se o mesmo sendo dividido da seguinte maneira: dez vagas para professores/as, dez para servidores/as técnico administrativos/as, dez para funcionários/as do Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE). Esse percentual sofreu alteração com a publicação da Lei 6434/13; essa mudança será tratada neste capítulo.

Em 1997, a partir do documento “Refazendo o Ensino de Graduação”, elaborado pela Sub-Reitoria de Graduação da UERJ, o CAP propôs sua transformação de Colégio de Aplicação em Instituto de Aplicação. Em 1998, foi inaugurada sua sede definitiva na Rua Santa Alexandrina, no bairro do Rio Comprido, zona norte da cidade do Rio de Janeiro. A conquista de um novo espaço físico garantiu que todos os segmentos do colégio funcionassem no mesmo local.

Desde a sua fundação, a instituição apresenta marcada tendência humanista. Isto até hoje se expressa através de múltiplos espaços de criação, a exemplo do Clube de Leitura<sup>55</sup> nos anos iniciais do primeiro segmento do ensino fundamental e da diversidade de disciplinas artísticas, a saber: Teatro, Artes Plásticas, Música, Design, Fotografia, História da Arte, trabalhadas desde as primeiras séries do ensino fundamental ao ensino médio.

A transformação de Colégio de Aplicação para Instituto de Aplicação só se efetivou em 2001. Assim, o Instituto de Aplicação passou a ser mais uma Unidade Acadêmica da UERJ<sup>56</sup> e atenderia três níveis de ensino: o fundamental, o médio e

---

<sup>55</sup> O Clube de Leitura Paula Saldanha foi criado em maio de 1982 pela professora Leila Medeiros de Menezes com o objetivo de formar leitores/as e escritores/as desde os anos iniciais do ensino fundamental.

<sup>56</sup> A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) possui Centros Setoriais, Unidades Acadêmicas: Centro Biomédico (CBI), Centro de Ciências Sociais (CCS), Centro de Educação e Humanidades (CEH), Centro de Tecnologia e Ciências (CTC). As unidades acadêmicas são: Campus da Baixada Fluminense – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Campus de São Gonçalo – Faculdade de Formação de Professores, Campus de Resende – Faculdade de Tecnologia, Campus de Friburgo – Instituto Politécnico do Rio de Janeiro, Campus da Ilha Grande – Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentado, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/UERJ. Há também núcleos especializados: Núcleo de

o superior, havendo grande ampliação de suas funções tendo como bases principais o aprendizado da docência, da formação inicial e continuada da mesma. Em 2007, o CAP passou a atuar conjuntamente com outras unidades acadêmicas da UERJ e a compor de forma efetiva a formação inicial dos/as estudantes das licenciaturas.

Na primeira década dos anos dois mil, houve a expansão das atividades acadêmicas, a crescente capacitação de seu corpo técnico e docente e a consolidação das atividades do Ensino Superior com a criação de disciplinas de caráter obrigatório, eletivo e universal, oferecidas aos cursos de licenciatura da universidade.

Desde março de 2014, o CAP/UERJ conta com o Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) - Curso de Mestrado Profissional - proposto na área de concentração voltada ao “Cotidiano e Currículo no Ensino Fundamental”. No primeiro processo seletivo para o ano de 2014 contou com 166 inscritos para concorrência ampla de 20 vagas. Já o processo para o ingresso no ano de 2015 contou com 163 inscritos para esse mesmo número de vagas<sup>57</sup>.

A admissão de docentes se dá por concurso público regido por edital ou através de processo seletivo para prestação de serviço por contrato. O CAP/UERJ também conta com servidores/as técnico-administrativos/as que atuam em diferentes áreas da instituição também na condição de efetivos/as e contratados/as.

O ingresso de estudantes no CAP/UERJ é realizado apenas no 1º e no 6º ano do ensino fundamental. Para o 1º ano, a entrada é feita por meio de sorteio, enquanto que para o 6º ano é aplicada uma prova de seleção com conteúdos de matemática, língua portuguesa, além de redação. Os/as candidatos/as aprovados/as e classificados/as para o 6º ano são inseridos/as em turmas com os/as estudantes que cursaram o primeiro segmento do ensino fundamental no colégio. Na seleção realizada em 2013, foram destinadas 60 vagas para o 1º ano (30 para a comunidade externa e 30 para a interna), sessenta para o 6º ano (30 para a

---

Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas, Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Aberta da Terceira Idade, Núcleo de Estudo da Saúde do Adolescente, Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura. Órgãos relativamente autônomos: Centro de Produção da UERJ, Hospital Universitário Pedro Ernesto, Policlínica Piquet Carneiro ([www.uerj.br](http://www.uerj.br)).

<sup>57</sup> Em 2014 o número de alunos/as regulares matriculados/as no PPGEB era de 20 estudantes; inscritos/as como aluno/a especial em disciplina isolada eram 39, totalizando 59 estudantes. Já em 2015, os/as regulares eram 39 e aluno/a especial contava com 21, num total de 60 inscritos/as.

comunidade externa e 30 para a interna). O Departamento de Seleção Acadêmica (DSEA) da universidade é o responsável pelo cogerenciamento da seleção.

No que tange à educação básica, a instituição sempre se caracterizou pela diversidade de seu corpo discente. O CAP-UERJ concede uma ajuda de custo a estudantes carentes que é repassada pela universidade via Sistema de Desembolso Descentralizado (Sides). Essa diversidade que hoje se expressa pelas questões socioeconômicas, culturais, de aprendizagem e de necessidades educativas específicas, continua a se constituir no grande desafio da instituição na consecução de seus objetivos, seja na sensibilização e qualificação dos/as licenciandos/as frente a atual complexidade socioeducativa, seja na promoção de ensino e educação de qualidade a todos, como princípio de cidadania.

Diante dessas informações, posso assegurar, assim, que o Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira – CAP/UERJ é uma instituição histórica, de ensino público que tem por finalidade a formação docente inicial e continuada, em parceria com outras unidades acadêmicas da UERJ e a promoção de educação básica de qualidade, de atividades de pesquisa em ensino e educação, da extensão universitária e da cultura na cidade e no estado do Rio de Janeiro.

### 3.1

#### **A Lei 6.434/13 e a reserva de vagas para o CAP/UERJ**

Em 15 de abril de 2013, o então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, sancionou a Lei 6434<sup>58</sup>, cuja iniciativa foi do Poder Executivo, que dispôs sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes carentes e instituiu o sistema de cotas no CAP/UERJ. A lei foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ).

Em seu artigo 1º, a lei determina que, “com vistas à redução das desigualdades étnicas, sociais e econômicas, deverá a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), em relação ao Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ), estabelecer cotas para o ingresso em seus cursos aos

---

<sup>58</sup> Disponível em [www.alerj.rj.gov.br](http://www.alerj.rj.gov.br)

seguintes **estudantes carentes**<sup>59</sup>: que cursaram integralmente o ensino fundamental na rede pública de ensino; negros, pardos e índios e pessoas com deficiência física”.

A legislação estabelece que sejam reservadas 40% das vagas para esses/as estudantes. Para ter direito a concorrer a uma vaga pelo regime de cotas, a renda familiar mensal *per capita* deverá corresponder, no máximo, a um salário mínimo estadual e meio. Ao estabelecer a renda familiar mensal a lei deixa claro que a condição primordial a ser atendida diz respeito à carência socioeconômica<sup>60</sup>, sendo elencados, posteriormente, os grupos étnicos e as pessoas com deficiência como pode ser comprovado no artigo 1º da Lei 6434/13 e também no edital (Anexo 1 e Anexo 2) para o processo seletivo às vagas reservadas. Nesse sentido, há semelhança com a lei que regulamenta a reserva de vagas para os cursos de graduação oferecidos pela universidade no que se referem à condição primordial de carência socioeconômica dos/as candidatos/as.

Com a lei, as vagas para o processo seletivo do CAP passaram a ser distribuídas da seguinte forma:

- 20% para estudantes carentes que cursaram integralmente o 1º segmento do ensino fundamental na rede pública<sup>61</sup>;
- 20% para estudantes negros, pardos e índios, sendo adotado o critério da autodeclaração;
- 5% para deficientes físicos;
- 25% para filhos de servidores da UERJ, sendo 12,5% para filhos de professores e 12,5% para filhos de funcionários;

---

<sup>59</sup> Grifos meus.

<sup>60</sup> O Edital do Processo Seletivo 2014 no Manual do Candidato, em seu anexo 2, item 1, “Das informações gerais”, esclarece: 1.1: Para concorrer às vagas reservadas pelo sistema de cotas, o responsável pelo candidato deverá: a) preencher os requisitos indicados no item 1.5 do Edital para um dos grupos de cotas; b) atender à condição de carência socioeconômica definida como renda *per capita* mensal bruta igual ou inferior a R\$ 1.017,00 (mil e dezessete reais) das pessoas relacionadas no Formulário de Informações Socioeconômicas (FIS); 1.2: A renda *per capita* mensal bruta será calculada pelo total dos valores da renda mensal bruta, ou seja, sem descontos, de todas as pessoas do grupo familiar, dividindo-se pelo número de pessoas relacionadas no Formulário de Informações Socioeconômicas, inclusive as crianças. A comprovação da condição de carência socioeconômica e dos requisitos necessários para ingressar por um dos grupos de cotas passou pela análise dos documentos exigidos e ficou a cargo das comissões técnicas, respectivamente denominadas Comissão de Análise Socioeconômica e Comissão de Análise de Opção de Cota.

<sup>61</sup> Esse percentual diz respeito apenas às vagas para o 6º ano de escolaridade. Os demais percentuais previstos na lei para a reserva de vagas contemplam os/as candidatos/as ao 1º e 6º anos de escolaridade.

- 30% de vagas restantes serão de ampla concorrência.

Desse modo, efetivamente, a lei determinou uma redução no quantitativo de vagas destinadas a filhos/as de servidores/as da universidade, que até o processo seletivo de 2013 era de 50%. A seleção e o sorteio para ingresso no Instituto de Aplicação, realizados em 2014, já atendeu as determinações previstas em lei.

O edital de convocação para o processo seletivo CAp/UERJ 2014 em cumprimento à Lei 6434/13 esclarece que para o preenchimento das vagas reservadas, entende-se por:

- a) Estudante oriundo da rede pública de ensino – aquele que tenha cursado, integralmente, do 1º ao 5º ano do ensino fundamental na rede pública de ensino;
- b) Negro, pardo e índio – aquele declarado por seu responsável como negro, pardo e índio<sup>62</sup>;
- c) Pessoa com deficiência – aquela que atender às determinações estabelecidas pela Lei Federal 7853/89 e pelos Decretos 3298/99 e 5296/04;
- d) Filhos de servidores da UERJ – filho ou menor sob tutela ou guarda de servidores que pertençam ao quadro efetivo de servidores ativos e inativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o edital do 1º ano do ensino fundamental, para o processo seletivo de 2014, através de sorteio público, as vagas foram assim distribuídas: 40% para estudantes negros, pardos ou índios<sup>63</sup>; 5% para pessoas portadoras de

---

<sup>62</sup> Sobre a identificação como índio, vale registrar que a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) emite o Registro Administrativo de Nascimento e Óbito de Indígenas (RANI), previsto no artigo 13 do Estatuto do Índio, Lei 6001/73 e regulamentado pela FUNAI através da Portaria n. 003/PRES de 14 de janeiro de 2002. O RANI é um documento administrativo e não substitui a Certidão de Nascimento Civil e os demais documentos básicos, como Carteira de Identidade, Cadastro de Pessoa Física e Carteira de Trabalho. O Registro Civil de Nascimento (RCN) feito nos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais é previsto e regulamentado pela Lei 6015/73. O registro fica no cartório. O registro civil de nascimento é feito uma única vez em livro específico do cartório. Na certidão de nascimento poderá constar a declaração do registrando como indígena e o respectivo povo/etnia. Da mesma forma, a aldeia poderá constar como local de nascimento, juntamente com o município. Além disso, o povo/etnia pode ser lançado como sobrenome. ([www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br))

<sup>63</sup> Como a lei não prevê que os/as candidatos/as às vagas do 1º ano do ensino fundamental que cursaram a educação infantil em instituição da rede pública de ensino tenham um percentual específico, no edital para o processo seletivo para esse ano de escolaridade houve o

deficiência; 12,5% para filhos de professores; 12,5% para filhos de funcionários, que ficaram distribuídos conforme a Tabela 1.

Tipo de vaga	Número de vagas
Não reservada (ampla concorrência)	17
Estudantes negros, pardos e índios	24
Pessoas portadoras de deficiência	3
Filhos de professores da UERJ	8
Filhos de funcionários da UERJ	8
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

**Tabela 1:** 1º ano – sorteio para o ano letivo de 2014.

De acordo com o levantamento realizado pela Secretaria Geral do CAP, o primeiro processo seletivo para o 1º ano que atendeu as exigências da Lei 6.434/13 contou com o número de inscritos/as apresentados na Tabela 2.

Comunidade	Cota	Quantitativo
Externo	Candidato negro, pardo ou índio	118
Externo	Candidato com deficiência auditiva	1
Externo	Candidato com deficiência física	1
Externo	Não cotista	1287
Interno	Servidores da UERJ	58
<b>TOTAL</b>		<b>1465</b>

**Tabela 2:** Candidatos inscritos no concurso para o 1º ano.

Para o 6º ano do ensino fundamental, também de acordo com o edital, a distribuição de vagas foi a seguinte: 20% para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% para estudantes negros, pardos e índios; 5% para pessoas portadoras de deficiência; 12,5% para filhos de professores; 12,5% para filhos de funcionários, distribuídos conforme a Tabela 3.

Atendendo as exigências da Lei 6434/13 para a concorrência às vagas para o processo seletivo ao 6º ano de escolaridade o número de candidatos inscritos é apresentado na Tabela 4.

---

agrupamento de 20% + 20%, totalizando 40% de vagas reservadas para estudantes negros, pardos ou índios.

Tipo de vaga	Número de vagas
Não reservada (ampla concorrência)	17
Estudantes da rede pública de ensino	12
Estudantes negros, pardos e índios	12
Pessoas portadoras de deficiência	3
Filhos de professores da UERJ	8
Filhos de funcionários da UERJ	8
<b>TOTAL</b>	<b>60</b>

**Tabela 3:** 6º ano – sorteio para o ano letivo de 2014.

Comunidade	Cota	Quantitativo
Externo	Candidato da rede pública	24
Externo	Candidato negro, pardo ou índio	26
Externo	Candidato com deficiência auditiva	1
Externo	Não cotista	388
Interno	Servidores da UERJ	30
<b>TOTAL</b>		<b>469</b>

**Tabela 4:** Candidatos inscritos no concurso para o 6º ano.

De acordo com o *Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ 2015*, em 2014 o colégio recebeu “quarenta novos estudantes cotistas, de idades entre 05 e 07 anos, no primeiro ano de escolaridade e entre 10 e 12 anos no sexto ano de escolaridade. Já em 2015, ingressaram 48 novos alunos cotistas no primeiro e sexto ano de escolaridade nessas mesmas faixas etárias” (p. 18).

Importa ressaltar que, de acordo com entrevista realizada com o diretor da instituição, o mesmo alegou que o processo de elaboração e discussão da Lei 6434/13 não contou com a participação da comunidade escolar. Em seu depoimento afirmou que aconteceram dois encontros com “um grupo de afrodescendentes que estaria ligado ao grupo do Frei David, a EDUCAFRO<sup>64</sup>”,

<sup>64</sup> A Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes (EDUCAFRO) é uma rede de cursinhos pré-vestibulares comunitários mantida pelo Serviço Franciscano de Solidariedade, uma associação da sociedade civil sem fins lucrativos. A organização luta para que a população pobre e negra, em especial, possa ser incluída nas universidades públicas e privadas – com bolsa de estudos integral. A ONG atua com a ajuda de voluntários que têm como objetivo incluir essa população em estatísticas onde ainda são ignorados: a de integrantes de instituições de nível superior [www.educafro.org.br](http://www.educafro.org.br). Frei David e a EDUCAFRO tiveram participação de destaque

antes da aprovação da lei em que as reivindicações desse movimento social foram ouvidas pela direção do colégio. Outra ação narrada pelo diretor, diz respeito ao fato dele ter ido procurar o presidente da Comissão de Educação da ALERJ para solicitar a participação da comunidade escolar em uma audiência pública que trataria da aprovação da lei.

Eu já tinha um contato anterior com a Comissão de Educação da ALERJ pelo fato de eu ter sido do Conselho Estadual de Educação, então eu fui procurar a Comissão de Educação da ALERJ e tentei colocar a questão: nós gostaríamos de em havendo um debate de sermos chamados para participar desse debate porque nós sabemos que é uma audiência pública e todos podem participar da audiência pública, mas a gente sabe que existem assentos especiais na audiência pública e eu gostaria que a direção do CAP, o grêmio, os servidores pudessem vir aqui participar desse debate mais ativamente e fazer essa discussão como convidados da audiência pública e isso foi feito. Na época já era o Comte Bittencourt o presidente da Comissão de Educação e ele nos convidou. (Diretor)

Nessa audiência pública não foi feita, inicialmente, segundo o diretor, uma defesa da política de cotas: “de início, não defendemos a política, nós nos sentimos atravessados pela política. Não havia um consenso dentro da unidade”. O grupo que participou dessa audiência foi composto por representação docente (Associação Docente da UERJ – ASDUERJ), discente (Grêmio Estudantil), pais e responsáveis. O ponto principal de discussão dizia respeito a alguns equívocos percebidos no texto legal e que não estavam em consonância com o que era a unidade escolar:

O que fomos foi discutir como o instrumento da política que é a lei estava absolutamente equivocado em relação ao que era a unidade. O perfil da lei não dizia, não estava dizendo o que era o CAP, ele não considerava o que era o CAP. E era um perfil de lei distorcido em função, porque ele foi feito como cópia do perfil da FAETEC, na realidade de escolas técnicas. Um profundo desconhecimento. E aquilo para mim mostrava um desrespeito com a instituição. Tanto que a lei sai deixando de fora estudante de escola pública no 1º ano de escolaridade. Ela sai com essa distorção (Diretor).

A ponderação feita pelo diretor sobre a ausência de estudantes da escola pública para o sorteio de vagas no 1º ano de escolaridade pode ser observada no Artigo 1º, Inciso 2º:

§2º - Por aluno que cursou integralmente o ensino fundamental na rede pública de ensino entende-se como sendo aquele que tenha cursado integralmente todas as séries do 1º e 2º ciclos do ensino fundamental em escolas públicas de todo

---

nas discussões sobre a adoção das ações afirmativas nas universidades públicas do estado do Rio de Janeiro.

território nacional e prioritariamente aqueles oriundos da rede pública das regiões do Estado do Rio de Janeiro.

Outro aspecto tratado pelo diretor de que a lei teria um “perfil distorcido, feito como cópia do perfil da FAETEC”, uma escola técnica de ensino médio, pode ser lido no Artigo 2º, Parágrafo I:

–“adoção do sistema de cotas em todos os cursos e turnos oferecidos”.

O CAp é uma instituição que oferece a educação básica desde os anos iniciais do ensino fundamental até o ensino médio, não há, portanto, o oferecimento de cursos; o funcionamento do colégio se dá em dois turnos porque a instituição proporciona a seus/as estudantes aulas regulares no período matutino e aulas de recuperação paralela, entre outras atividades, no horário vespertino.

Em sua narrativa sobre a participação dos/as representantes da comunidade escolar na audiência pública mencionada, o diretor ainda afirmou que “nós já tínhamos a dimensão de que a lei seria aprovada, era uma coisa politicamente definida desde o encontro que tivemos com o Comte Bittencourt”. A tentativa seria de fazer alguma modificação na forma como o texto havia sido redigido, mas isso não foi possível porque “foi uma mensagem do governador e isso foi passado a rodo”. O diálogo realizado nesse momento com a Comissão de Educação não alterou a lei, nem foram apresentadas emendas, apenas “uma mudança textual não muito significativa porque o erro era tão crasso que eles tinham que mudar e foi isso”. Concluiu sua resposta dizendo que “a grande questão é que eu quero entender como é que nós vamos conseguir dar conta dessa situação depois que os meninos e meninas estiverem aqui” e afirmou que após a aprovação da lei nenhum representante da EDUCAFRO voltou ao colégio para saber como havia sido feita a implementação da lei.

Outro tema tratado pelo diretor foi o relativo à criação de um grupo de acompanhamento e avaliação na UERJ e que está previsto na lei em seu Artigo 3º, nos parágrafos II e III:

Art. 3º - Deverá à UERJ, em relação à CAp/UERJ, destinatária desta lei constituir Comissão Permanente de Avaliação com a finalidade de:

II – avaliar os resultados decorrentes da aplicação do sistema de cotas na respectiva instituição, e

III – elaborar relatório anual sobre suas atividades, encaminhando-se ao Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia, ao Secretário de Estado de Educação e à Comissão Permanente de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

Em seu depoimento o diretor afirmou que: “na lei há previsão da criação de um grupo de acompanhamento; grupo este que depois do magnífico reitor ter dito claramente que era a favor nunca constituiu. Tanto que vivo dizendo e quem faz a leitura da lei vai ver isso claramente, que a política de cotas é para a UERJ direcionada ao CAP. E aí a UERJ tinha que criar o grupo de trabalho, lógico, contemplando pessoas do CAP, não tenho dúvidas disso, mas esse grupo nunca foi criado”. É importante lembrar que a presente lei tem vigência, inicial, de cinco anos, portanto, sua implementação precisa ser avaliada.

Além da criação da Comissão Permanente de Avaliação, o diretor também mencionou a questão dos recursos financeiros previstos na lei:

Art. 4º - O Estado proverá os recursos financeiros necessários à implementação imediata, para vagas novas, pelo CAP/UERJ, de programa de apoio visando obter resultados satisfatórios nas atividades acadêmicas de graduação dos estudantes beneficiados por esta Lei, bem como sua permanência na instituição.

Parágrafo único – O programa de apoio de que trata o caput deste artigo deverá vigorar durante todo o curso técnico do estudante cotista, devendo ser avaliado anualmente.

De acordo com o *Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ 2015*, “em 2013 a escola apresentou proposta de Ato Executivo do Reitor encaminhado ao Conselho Universitário para apreciação e providências em 2013. Até a presente data, não obtivemos respostas a respeito”.

A proposta de Ato Executivo do Reitor instituiu o Programa de Bolsa-Auxílio à Permanência para discentes da Educação Básica (PBAP) que estejam em situação de vulnerabilidade e fragilidade econômica e social, regularmente matriculados no Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAP/UERJ). O programa visa proporcionar condições de ordem socioeconômica favoráveis ao desempenho das atividades acadêmicas garantindo direito de acesso e permanência na educação básica pública e de qualidade.

O artigo 3º apresenta os objetivos específicos do PBAP (CAP/UERJ):

- (a) Garantir a qualidade da permanência no ambiente escolar.
- (b) Proporcionar a aquisição e o acesso à alimentação no ambiente escolar, ao uniforme e ao material didático, bem como às condições de participação nas atividades formativas, tais como expedições e visitas guiadas promovidas pela instituição de ensino.
- (c) Identificar, prevenir e enfrentar os processos de evasão, motivados por questões sociais adversas.
- (d) Promover a diversidade no convívio escolar.

(e) Intensificar a participação na vida escolar por meio da inserção em atividades acadêmicas e culturais internas, externas regulares e extracurriculares.

O artigo 4º elenca os critérios de acesso e permanência no programa e também define que a equipe do Serviço Social do CAP fará avaliações anuais que comprovem a situação de vulnerabilidade social. Os critérios serão os seguintes:

(a) Entendem-se as situações de vulnerabilidade social e de fragilidade econômica, como sendo aquelas em que ocorrem situações de privação material que impactam diretamente, ainda que temporariamente, no acesso às condições de permanência diária de qualidade no ambiente escolar.

(b) O acesso, a permanência e a saída do estudante no PBAP poderão ocorrer em qualquer tempo, uma vez respeitados os perfis e as condições estabelecidas nos levantamentos realizados pela Coordenação do Programa por meio de edital.

(c) A permanência na condição de bolsista não estará condicionada ao rendimento escolar dos estudantes.

(d) Não será admitida qualquer discriminação ou publicação vexatória dos estudantes bolsistas beneficiados pelo PBAP.

O documento define ainda que o quantitativo inicial será de 15% de bolsistas sobre o total de alunos matriculados e que este percentual deverá ser reavaliado ao final do terceiro ano de implantação deste PBAP.

A proposta esclarece que caberá ao Núcleo Acadêmico Pedagógico (NAPE) coordenar, executar e realizar os procedimentos anuais necessários ao acompanhamento e avaliação do programa e ao diretor da instituição, ouvido o Conselho Departamental da Unidade, nomear a Coordenação do Programa de Bolsa-Auxílio Permanência. Tal acompanhamento ocorrerá ao longo do ano letivo a partir de: (i) entrevistas com as famílias; (ii) acompanhamento sócio-pedagógico dos estudantes; (iii) reuniões com os pais ou responsáveis e estudantes; (iv) levantamento e acompanhamento de informações socioeconômicas dos bolsistas e dos impactos de sua integração no ambiente escolar. No tocante à avaliação, serão produzidos relatórios anuais com levantamentos e análises relativas aos êxitos e limitações da proposta visando à melhoria no nível de qualidade e na consecução dos objetivos traçados. O CAP encaminhará ao Conselho Universitário, com a aprovação de seu Conselho Departamental, a cada triênio, relatórios qualitativos e quantitativos referentes ao presente programa.

É necessário esclarecer que o CAP conta com um Programa de Bolsa Auxílio Permanência desde 2008 como consta no *Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ 2015* para atender os/as estudantes que apresentavam fragilidades socioeconômicas:

O CAP/UERJ iniciou proposta informal de atenção aos discentes que viviam dificuldades de permanência de qualidade na escola, em função de fragilidades de ordem socioeconômica há alguns anos, através do apoio solidário de uma associação de pais. A partir de 2008 a iniciativa de apoio e de acompanhamento destes estudantes foi assumida pela Universidade. Foi organizada, então, assistência estudantil no formato de Programa de Bolsa Auxílio Permanência, a partir do aporte de recursos públicos (Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ, 2015, p. 15).

Desse modo, é possível perceber que existe um programa de auxílio permanência para os/as alunos/as bolsistas, inicialmente atendidos/as pela Associação de Pais e Professores do CAP. No entanto, o programa de auxílio permanência que ainda precisa ser implementado na instituição é o que trata da inclusão dos/as estudantes cotistas que ingressaram no colégio pela reserva de vagas. O aporte financeiro está previsto na Lei 6434/13 e até o momento de elaboração do documento acima citado não havia chegado à unidade escolar recursos financeiros voltados especificamente para esse público. A instituição tem atendido as demandas dos/as cotistas com os recursos financeiros recebidos através do Sistema de Desembolso Descentralizado (Sides) destinados à manutenção da unidade.

Tendo em vista que os estudantes cotistas do CAP não foram equiparados aos cotistas da Universidade que recebem uma bolsa auxílio no valor de R\$ 400,00, o CAP incorporou ao Programa Bolsa Auxílio Permanência [de 2008] todos os cotistas ingressantes em 2014 e 2015, considerando o mesmo perfil social e critérios socioeconômicos. A chegada destes estudantes potencializa o debate e solicita veementemente respostas sobre a criação de infraestrutura para sua permanência de qualidade. Detalhando as demandas dos cotistas trazidas por seus familiares nas entrevistas iniciais e em atendimentos com o Serviço Social, observamos que estas são bem semelhantes àquelas já apresentadas pelos bolsistas, dizendo respeito aos custos com a alimentação na escola e o transporte já que a gratuidade viabilizada para estudantes no município do Rio de Janeiro, não atinge aos responsáveis que precisam acompanhar seus filhos pequenos e tão pouco se estende àqueles residentes em outros municípios. Neste sentido, o debate sobre o transporte escolar se coloca como tema essencial para estas famílias. Outra demanda, consiste nos gastos com atividades curriculares realizadas fora do espaço escolar — como expedições e visitas — que integram o calendário letivo da instituição e o acesso ao uniforme. (Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ, 2015, p. 18-19)

As assistentes sociais finalizam a apresentação do item sobre os recursos financeiros afirmando que: “em uma instituição universitária que pratica e defende uma política de cotas cujo primeiro critério de acesso é relativo à renda, surpreende o fato de que estudantes do Ensino Básico não recebam apoio específico, no ambiente escolar. Trata-se de uma inadequação e de uma dívida

social que demanda respostas” (Plano de Intervenção do Serviço Social no CAP/UERJ 2015, p. 19) .

Os posicionamentos dos/as demais entrevistados/as nessa pesquisa sobre a implementação da Lei 6434/13 no CAP/UERJ serão apresentados de modo mais detalhado no Capítulo 5 desse relatório.

### 3.2

#### **CAP/UERJ: uma escola de excelência**

O CAP/UERJ é considerado uma escola de excelência na cidade do Rio de Janeiro. A instituição se destaca pelo ensino inovador, por estimular a pesquisa de novas práticas pedagógicas, por desenvolver projetos de pesquisa e extensão, por promover o estágio e a formação de professores. De acordo com Crizan Oliveira (2014, p. 49), a história de construção dos Colégios de Aplicação, acabou por “elitizar esses espaços; ora acontecia pela seleção de alunos, ora pela exigência de vínculo com servidores das universidades ou por provas intelectuais que produziam cenários de exclusão e excelência”. O CAP realizou a mudança no ingresso de estudantes para o 1º ano do Ensino Fundamental ao abolir a prova de seleção que passou a ser realizado através de sorteio público<sup>65</sup>. Para Oliveira (2014), essa mudança rompeu paradigmas institucionais, favoreceu o questionamento de mecanismos da instituição e deu novos significados a estes.

---

<sup>65</sup> O ingresso de estudantes ao Colégio Pedro II, instituição pública federal, também considerada de excelência, se dá da seguinte forma: por meio de sorteio público de vagas ou processo de seleção e classificação de candidatos conforme o nível de ensino e exclusivamente para os campi nos quais são disponibilizadas vagas: Educação Infantil – sorteio público de vagas para turmas de 4 ou 5 anos; Anos Iniciais do Ensino Fundamental – sorteio público de vagas para o 1º ano. Eventualmente, são oferecidas vagas para o 2º ano também por sorteio público. Não são oferecidas vagas para as demais séries desse segmento; Anos Finais do Ensino Fundamental – processo de seleção de candidatos através de provas de Matemática, Português e Redação para o 6º ano; Ensino Médio (1ª série do Ensino Regular), processo de seleção de candidatos através de provas de Matemática, Português e Redação nos turnos diurno e noturno ([www.cp2.g12.br](http://www.cp2.g12.br)). Outra instituição federal considerada de excelência na cidade do Rio de Janeiro é o Colégio da Aplicação da UFRJ. O ingresso de estudantes acontece no 1º ano do Ensino Fundamental através de sorteio público e na 1ª série do Ensino Médio pelo processo de seleção de candidatos por meio de um teste de nivelamento com provas de Matemática e Português. Os candidatos que atingirem um mínimo de 50% de rendimento em cada uma das avaliações de nivelamento participarão do sorteio público para preenchimento das vagas oferecidas ([www.cap.ufrj.br](http://www.cap.ufrj.br)). Optei por apresentar essas duas instituições por que são as mencionadas pela mídia, quando os resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) são divulgados, como comparativas ao desempenho do CAP/UERJ.

Ao longo de seus 59 anos de existência, o CAP/UERJ foi ganhando notório prestígio social e reconhecimento público por adotar metodologias de ensino inovadoras desde a alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental até o Ensino Médio quando os/as estudantes desse nível de ensino participam de pesquisas institucionais como bolsistas de iniciação científica. As bolsas são oferecidas pela UERJ para esses/as estudantes através do Programa de Iniciação Científica Júnior. Além da integração da educação básica com o ensino superior, o CAP mantém o princípio original de sua criação, qual seja, a responsabilidade com a formação dos futuros professores que atuarão nas redes públicas e particulares de nossa cidade, estado e, porque não dizer, até mesmo de nosso país. Mais recentemente, reforçou esse compromisso com a criação do curso de Mestrado Profissional em Ensino da Educação Básica, voltado para profissionais que atuam no ensino fundamental e médio. Assim, ao longo dos anos, o CAP obteve “ascensão inegável de uma imagem pública de excelência transformando-se em um espaço de certificação almejada pelos estudantes e seus familiares” (OLIVEIRA, 2014, p. 49).

Na dissertação de mestrado intitulada “*Se você não quer, faça matrícula no pagou-passou da esquina. Concepções de currículo e avaliação: diálogos sobre um colégio de excelência*”, Oliveira (2014) procurou investigar as concepções e sentidos de currículo, conhecimento, avaliação e qualidade que circulam entre os/as professores/as do CAP/UERJ e que sustentam a legitimidade dessa instituição considerada de excelência pelos resultados obtidos por seus/as alunos/as. De acordo com a pesquisa realizada, a autora percebeu, através da análise dos discursos, que existem compreensões distintas de currículo escolar no CAP que vão desde a perspectiva crítica a uma ideia instrumental do currículo, mas, para a maioria dos seus entrevistados/as, o currículo é entendido como um corpo estabelecido de conteúdos e disciplinas consensuais a serem ensinados e aprendidos; o conhecimento compreendido como saber legitimado a ser ensinado a todos. Segundo Oliveira (2014, p. 63), “para parte dos entrevistados é o rigor na cobrança dos conteúdos definidos no currículo que garantem ao CAP/UERJ o título de escola de excelência”.

Não é minha intenção, nesta pesquisa, fazer uma reflexão sobre o entendimento da concepção curricular dos/as professores/as entrevistados/as. Fiz uso dos dados da pesquisa de Oliveira (2014), a fim de elencar alguns aspectos,

além dos que já foram listados, que possam sustentar a percepção de escola de excelência e de ensino diferenciado que é atribuído ao CAP/UERJ.

O reconhecimento público do trabalho que vem sendo realizado pela instituição pode ser verificado através do bom desempenho apresentado nas diferentes políticas de avaliações externas, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)<sup>66</sup> e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>67</sup>. Também não pretendo discutir aqui o significado das avaliações em larga escala, padronizadas e suas metodologias que vêm sendo adotadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para verificar o desempenho dos/as estudantes em nosso país, mas, lançar mão desses dados que, atualmente, diferenciam e condicionam a escolha de alguns pais no momento em que decidem onde matricularão seus/as filhos/as, levando em consideração a qualidade do ensino ofertada pelas escolas tendo como balizadores os resultados desses exames.

No ENEM de 2009, o CAP/UERJ ficou em 1º lugar entre as instituições públicas de ensino do Rio de Janeiro; foi a 2ª melhor média entre as instituições públicas de todo Brasil e 17º lugar no ranking nacional geral considerando escolas públicas e privadas. No ano seguinte, ficou em 11º lugar no ranking do estado do Rio de Janeiro e em 3º lugar entre as escolas públicas no ranking nacional. Já em 2011, voltou a ficar em 1º lugar entre as escolas públicas do estado do Rio de Janeiro, e no geral nacional, o colégio foi o 15º mais bem colocado. Em 2012, o 1º lugar no ranking das escolas públicas do estado ficou pelo segundo ano seguido com o CAP/UERJ. No ano de 2013, o colégio voltou a ocupar o 1º lugar entre as escolas públicas do estado e garantiu o 6º lugar entre as dez melhores escolas públicas do país. O resultado de 2014 apresenta o colégio na 2ª posição entre as

---

<sup>66</sup> O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da educação básica, buscando contribuir para a melhoria da qualidade desse nível de escolaridade. A partir de 2009 passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no ensino superior. São realizadas quatro provas objetivas (ciências da natureza, ciências humanas, linguagens e matemática) e redação. Os dados divulgados trazem a média dos alunos de cada escola nessas provas. ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br))

<sup>67</sup> O IDEB foi criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O IDEB tem o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino no país. O indicador é divulgado a cada dois anos e é calculado a partir de dois componentes: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. As metas do IDEB para escolas, municípios e Unidades da Federação foram estabelecidas considerando cada estágio de desenvolvimento educacional dessas unidades de referência e, também, a diminuição das desigualdades entre elas. O Plano de Desenvolvimento da Educação estabeleceu como metas que, até 2022, o IDEB do Brasil para os anos iniciais seja 6,0 e para os anos finais 5,5 – média que corresponde a um sistema educacional de qualidade comparável a dos países desenvolvidos. ([www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br))

públicas do estado tendo na 1ª colocação o Colégio Pedro II. No ranking nacional, o CAp/UERJ caiu do 99º lugar para o 182º; na comparação entre todas as escolas do Rio de Janeiro, considerando privadas e públicas, a instituição saiu da 23ª posição para a 40ª. No ranking dos dez melhores colégios em 2014 do Rio de Janeiro publicado pelo Educational Rating Brazil, considerando o desempenho médio do ENEM dos últimos três anos, o CAp/UERJ aparece em 8º lugar. Consultando o site do INEP, do CAp/UERJ, de diversos jornais on-line, foi possível perceber que o ranking do ENEM no país é dominado pelas escolas da rede privada. O mesmo acontece no ranking fluminense. Os resultados desse exame têm demonstrado a disparidade entre os ensinos privado e público, e como uma estrutura sólida de ensino e a valorização dos/as professores/as fazem a diferença no resultado dos/as estudantes.

Em entrevista concedida ao portal de notícias G1, em novembro de 2012, ao comentar o resultado do ENEM 2011, a vice-diretora do CAp/UERJ, Maria Beatriz Dias da Silva, elencou alguns aspectos que diferenciam a instituição e que influenciam nos resultados: (i) a carga horária dos/as estudantes do 3º ano do Ensino Médio é de 1360 horas, sendo Português a disciplina com mais tempos de aula por semana totalizando 204 horas semanais; (ii) os/as estudantes do Ensino Médio estudam em horário integral, das 7 às 17h10; (iii) a iniciação científica que, segundo a vice-diretora, também é realizada no Colégio Pedro II e no CAp/UFRJ, mas no CAp/UERJ os/as estudantes recebem bolsa concedida pela universidade através do programa de Iniciação Científica Júnior; (iv) por ser uma unidade acadêmica da universidade os professores não têm apenas atividades dentro da sala de aula, mas também atividades de ensino, pesquisa e extensão; (v) os/as professores/as estimulam o Grêmio Estudantil que ajuda a manter o diálogo entre todos; (vi) a titulação exigida para participação em concursos públicos é o doutorado; (vii) o regime de trabalho de dedicação exclusiva de grande número de professores/as. Todos esses aspectos sustentariam o título de escola de excelência e de ensino diferenciado que é atribuído ao CAp/UERJ.

Outra pesquisa que corrobora o reconhecimento público do trabalho realizado pela instituição são os resultados obtidos no IDEB.

	2007	2009	2011	2013
IDEB observado	7,2	7,5		7,6
Metas projetadas	6,8	7,0	7,2	7,4
Brasil	4,2	4,6	5,0	5,2
Estado do Rio de Janeiro (rede)	3,8	4,0	4,3	4,7
Município do Rio de Janeiro (rede)	4,5	5,1	5,4	5,3

**Tabela 5:** 5º ano – Ensino Fundamental – 1º segmento

	2007	2009	2011	2013
IDEB observado	6,7	6,6		6,9
Metas projetadas	7,1	7,1	7,3	7,5
Brasil	3,8	4,0	4,1	4,2
Estado do Rio de Janeiro (rede)	2,9	3,1	3,2	3,6
Município do Rio de Janeiro (rede)	4,3	3,6	4,4	4,4

**Tabela 6:** 9º ano – Ensino Fundamental – 2º segmento

De acordo com as informações colhidas no site do INEP é possível perceber que para os anos iniciais (5º ano) a instituição apresentou resultados acima das metas projetadas, com exceção do ano de 2009, para esse ano de escolaridade. O desempenho do CAP comparado aos resultados para o Brasil, bem como as redes estadual e municipal do Rio de Janeiro também estão acima dos índices apresentados. Já para os anos finais (9º ano) os resultados não correspondem àqueles estabelecidos como metas para a instituição. Apesar disso, o colégio continua apresentando índices superiores em relação ao desempenho do país e também das redes do município e do estado do Rio de Janeiro. O site do INEP não apresenta os dados do CAP para o ano de 2011 porque a instituição, segundo a coordenadora do NAPE, não participou da Prova Brasil, uma das avaliações que compõe o índice do IDEB.

Segundo o site do INEP, o IDEB de 2013 mostra que o país ultrapassou as metas previstas para os anos iniciais (1º ao 5º ano) do ensino fundamental em 0,3 pontos. O IDEB nacional nessa etapa ficou em 5,2, enquanto em 2011 havia sido de 5,0. O INEP espera que o Brasil alcance a média de 6,0 em 2021. A definição de um IDEB nacional igual a 6,0 serve como referência dos sistemas em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE),

composta por 34 países do qual o Brasil faz parte. O CAP apresenta média superior a 6,0 desde o ano de 2007, portanto, esses dados indicam o bom desempenho que o colégio tem tido nas diferentes políticas de avaliações externas. Desse modo, fica evidenciado que a formação ali ofertada para o corpo discente atende o que se espera de uma instituição escolar e tem grande reconhecimento social, elevando a busca por matrículas a números muito superiores às vagas ofertadas, razão pela qual se justifica a necessidade da reserva de vagas para estudantes carentes e negros.

Além desses aspectos, há o conjunto de ações desenvolvidas pelo colégio – ensino, pesquisa e extensão – que fazem com que a instituição seja procurada e desejada por diversas famílias de diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro e também de municípios vizinhos. Segundo Oliveira (2014), muitas vezes, as famílias migram de seus bairros de origem para outros mais próximos da escola quando seus filhos e filhas conseguem uma vaga na instituição.

O ensino diferenciado dos colégios de aplicação foi destaque na matéria publicada na *Revista Nova Escola*, em março de 2012. De acordo com a revista, há no Brasil 17 colégios de aplicação<sup>68</sup> (16 federais e apenas 1 estadual) e a vinculação deles com as universidades tem garantido condições para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. O CAP/UERJ não está listado nessa relação porque não é um colégio de aplicação, mas um Instituto de Aplicação porque atende três níveis de ensino: o fundamental, o médio e o superior. A revista elenca alguns aspectos que fazem dessas instituições “ilhas de excelência”, a saber: aprimorar o ensino; estimular a pesquisa de novas práticas pedagógicas; o estágio; a formação de professores; salários acima da média; regime de dedicação exclusiva; jornada de 40 horas semanais que permite que seja desenvolvida uma trajetória acadêmica. A matéria também destaca o desempenho dessas instituições no IDEB e que as mesmas apresentam notas que estão sempre acima da média de

---

<sup>68</sup> Os colégios de aplicação mencionados na matéria pertencem as seguintes universidades: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Acre (UFAC), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de São Paulo (USP).

seus municípios. Ainda segundo a revista, o problema é que a excelência fica restrita aos muros dessas escolas, que são muito distintas da maioria das demais escolas públicas. Poucas são as iniciativas que levam as metodologias desenvolvidas nos colégios de aplicação para fora das instituições, ou seja, para as escolas públicas do entorno. Concordando com esta argumentação, posso dizer que, nada mais justo do que ampliar o acesso de estudantes carentes e negros/as a essas instituições de reconhecida qualidade de ensino, ainda que seja desejável que outras iniciativas sejam tomadas.

### 3.3 Estrutura e números

O CAP/UERJ funciona em prédio próprio, porém, as instalações não foram construídas para esse fim. No local funcionava um hospital que estava desativado, e não foi feita nenhuma obra que modificasse profundamente sua estrutura, apenas algumas adaptações para que passasse a abrigar uma instituição escolar. Sua estrutura física é constituída de dois blocos, A e B, com 8 andares no bloco A, e 6 andares no bloco B. O bloco A possui 26 salas de aula, 7 salas de convivência (Música I, Música II, Fotografia, Artes I, Artes II, Teatro e Design), 3 laboratórios (Francês, Espanhol e Informática), 4 departamentos (DCN – Departamento de Ciências da Natureza; DMD – Departamento de Matemática e Desenho; DLL – Departamento de Línguas e Literatura; DCHF – Departamento de Ciências Humanas e Filosofia) e dependências administrativas - Direção, Secretaria de Departamentos, Secretaria Geral, Núcleo Acadêmico Pedagógico (NAPE). Possui ainda um restaurante e uma cantina terceirizados<sup>69</sup>, um auditório com 108 lugares,

---

<sup>69</sup> Em entrevista com o diretor do colégio ele informou que nunca houve alimentação escolar gratuita no CAP por que a maior parte do público podia arcar com essa despesa e a lei que determinava a destinação de alimentação escolar ainda não existia. Além disso, esclareceu a situação da instituição dentro do sistema estadual de ensino afirmando que: “a unidade não estava ligada ao sistema, quer dizer, ela é do sistema (estadual), mas não estava ligada a rede e é pela rede que você pede a verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Nem a rede FAETEC, nem a rede da Secretaria de Ciência e Tecnologia, nem a rede da Secretaria Estadual de Educação são as nossas redes, somos uma escola separada. Nesse sentido, o CAP não se aproximou desses programas a partir das redes por que nas redes isso é automático, vou usar essa expressão. No CAP, não. O professor Miguel (antigo diretor) tentou fazer isso só que teve um obstáculo muito grande: na falta de espaço físico para preparação de merendas, preparação da alimentação escolar, ele acabou pedindo dinheiro da alimentação escolar e ao fim e ao cabo ele não teve como gastar por que ele não tinha como preparar o alimento e o dinheiro foi devolvido. Então, nós, nessa última gestão, também não tivemos essa opção. O que fizemos?”

sala do grêmio estudantil, uma sala de professores/estágio, uma sala de mecanografia e 15 banheiros. O bloco B possui 15 salas de aula, 8 laboratórios (Química, Biologia, Física, Ciências, Desenho, Informática, Geografia, Matemática), sala multimídia, 2 salas de professores (Departamento de Ciências da Natureza - DCN e Departamento de Ensino Fundamental - DEF), 15 banheiros sendo dez exclusivos para alunos/as, sala de curativos, 2 bibliotecas, almoxarifado, sala de depósito, sala onde funciona o Núcleo de Extensão, Pesquisa e Editoração (NEPE), além do parquinho utilizado pelas crianças do 1º ano do ensino fundamental. Existe também nesse bloco um prédio anexo que abriga: sala de musculação, sala de ginástica olímpica, sala de professores (Departamento de Educação Física e Artística - DEFA), 2 banheiros, 2 vestiários, quadra poliesportiva e pátio, espaços que são compartilhados por todos/as os/as estudantes. Como podemos perceber pela descrição de sua estrutura física, trata-se de uma escola de grande porte.

O espaço da escola, de maneira geral, é organizado e limpo, apesar de todas as dificuldades administrativas que o CAP/UERJ enfrentou, em 2015, no que se refere à suspensão do pagamento dos/as funcionários/as terceirizados/as que cuidam da limpeza. Vale ressaltar que em função dessa situação a manutenção dos banheiros, salas de aula e demais dependências da escola nem sempre são realizadas a contento. Uma reclamação frequente dos/as estudantes refere-se à limpeza dos banheiros.

A crise financeira do Estado e os cortes orçamentários cada vez maiores levaram a UERJ a uma situação de colapso no final de 2015. O descaso com a universidade é antigo e sistemático, mas se agudizou. Alegando situação de insalubridade, o reitor Ricardo Vieiralves anunciou por meio de uma nota o fechamento da universidade no período de 24/11/15 a 01/12/15. O reitor informou que as unidades acadêmicas teriam autonomia para definir as atividades imprescindíveis que não seriam interrompidas. O atraso nos pagamentos dos terceirizados que prestam serviços de segurança e limpeza em todas as suas unidades acadêmicas, da alimentação, no caso do Restaurante Universitário do campus Maracanã, dos/as docentes e servidores/as técnico-

---

Fizemos a luta pela construção do restaurante que é o que está rolando lá na construção”. Há uma previsão de que o refeitório do CAP fique pronto em meados de 2016 e assim o colégio terá alimentação escolar gratuita.

administrativos contratados/as, dos/as bolsistas, dos/as residentes de Medicina que trabalham no Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), foi amplamente noticiado pela imprensa. No dia 30/11/15, estudantes ocuparam o campus Maracanã, posteriormente, outras unidades acadêmicas foram ocupadas, e o movimento Ocupa UERJ só terminou no dia 18/12/15. Além do atraso nos pagamentos dos/as terceirizados/as, os/as docentes e servidores/as efetivos/as tiveram o salário de novembro 2015 parcelado em duas vezes, e o 13º salário, direito garantido aos/às trabalhadores/as será pago em cinco parcelas até abril de 2016. A instituição fica à mercê das decisões da reitoria e também do governo do estado.

O pátio é um espaço que os/as estudantes ocupam nos momentos de entrada, saída, recreio ou quando são liberados das aulas. Os inspetores e inspetoras são os responsáveis pela vigilância e acompanhamento dos/as estudantes no horário do recreio. Nesse período de intervalo os/as docentes costumam permanecer nas salas de professores/as.

A instituição está organizada em dois turnos sendo que no período matutino realizam-se as aulas das disciplinas regulares de todos os anos de escolaridade desde a educação básica ao ensino médio. No período vespertino, os estudantes de todos os segmentos da educação básica assistem às aulas da Recuperação Paralela<sup>70</sup>, acontecem também aulas do Clube de Leitura para os/as alunos/as do 4º e 5º ano do 1º segmento do ensino fundamental, aulas de Música, Teatro, Artes e Educação Física para os estudantes desse mesmo segmento ao longo da semana e de acordo com o ano de escolaridade. Os/as estudantes do 2º segmento do ensino fundamental tem uma carga semanal de 29 horas/aula nos turnos matutino e vespertino; os/as do ensino médio têm uma carga horária

---

<sup>70</sup> A partir da deliberação do Conselho Departamental do CAP/UERJ e do Pleno do Conselho Superior de Ensino e Pesquisa (CSEPE) as normatizações sobre a Recuperação Paralela, a partir do ano letivo de 2010, são: a recuperação (aulas e avaliação) implicará na possibilidade de alteração das médias referentes aos períodos letivos. Os alunos ainda poderão se submeter às provas finais, conforme as normas vigentes. Conforme o horário de recuperação, sempre divulgado no início do ano, há tempos destinados para as aulas de recuperação. Essas aulas são ministradas por professores, mesmo que contêm com o apoio de bolsistas ou estagiários. Todos os alunos, segundo a nova deliberação, com média igual ou inferior a 5,0 (cinco) são indicados para a recuperação. Tal atividade prevê reavaliação de desempenho, que pode redundar em alteração de nota, da seguinte forma: - soma-se a média do período letivo anterior (que indicou o aluno) com a média alcançada na recuperação; - divide-se por dois gerando uma média retificada; - se o resultado (média retificada) for maior que a média original do trimestre esta será alterada; - se for igual ou menor ficará como estava. A frequência é exigida, proporcionalmente às aulas dadas, como requisito para a realização da avaliação (presença mínima de 75% das aulas previstas). ([www.cap.uerj.br](http://www.cap.uerj.br))

semanal de 37 horas/aula também em dois turnos e isso faz com que permaneçam nas dependências da escola por 9 horas diárias, sendo 5 horas pela manhã e 4 horas à tarde não estando incluídas nesse cálculo as horas de permanência na Recuperação Paralela.

De acordo com o Anuário Estatístico DataUERJ<sup>71</sup> 2014, Base de Dados 2013, neste ano o CAP contava com um total de 1095 estudantes distribuídos da seguinte forma: 1º e 2º segmentos do ensino fundamental – 804, ensino médio – 291. As turmas do 6º ano de escolaridade contavam com um total de 161 estudantes matriculados/as, tendo aproximadamente 32 alunos/as por turma. Desse total, 121 foram aprovados, 9 ficaram reprovados/as, 3 foram transferidos/as, 1 foi jubilado/a<sup>72</sup>. O CAP contava com 215 docentes, sendo 118 do quadro efetivo e 97 substitutos/as. O corpo docente efetivo estava distribuído na carreira de acordo com cinco categorias: 16 auxiliares, 53 assistentes, 45 adjuntos, 4 associados. Não havia nenhum/a docente na categoria de titular. Quanto à titulação do corpo docente efetivo o panorama era: 12 possuíam graduação, 5 especialização, 51 mestrado e 50 doutorado. A carga horária contratual dos/as docentes efetivos/as estava assim distribuída: 26 docentes com vinte horas semanais, 89 com quarenta horas, 3 com quarenta horas no regime de dedicação exclusiva. O corpo de servidores/as técnico-administrativos efetivos em 2013 era de 43 funcionários/as<sup>73</sup>.

O Anuário Estatístico DataUERJ 2015, Base de Dados 2014, apresenta os seguintes números: o total de estudantes era de 1101, sendo 813 matriculados/as

---

<sup>71</sup> O anuário estatístico DataUERJ é uma publicação produzida pelo Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC-VR), órgão vinculado à administração central da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, que reúne as principais informações institucionais da Universidade. Os indicadores apresentam-se no DataUERJ sob a forma de quadros evolutivos com registros referentes às duas últimas décadas. Cada grupo de indicadores vem acompanhado de uma breve análise, formulada pela equipe de coordenadores do NIESC-VR, que busca correlacionar os gradientes de variação dos dados ao contexto geral às políticas institucionais adotadas em cada momento. Vale ressaltar que o dado cor/raça não aparece nas informações relativas ao CAP. O DataUERJ informa esse dado para os/as estudantes da graduação. ([www2.datauerj.br](http://www2.datauerj.br))

<sup>72</sup> Dois estudantes do 1º ano do ensino médio também foram jubilados/as em 2013.

<sup>73</sup> O DataUERJ não apresenta dados relativos à formação dos/as servidores/as técnico-administrativos efetivos/as. Há informações sobre o número de funcionários/as distribuídos/as por sexo, 23 masculinos e 20 femininos. A idade desses/as profissionais é bastante variada sendo a maior concentração no ano em questão de 16 funcionários/as entre 50-59 anos de idade. Houve no ano de 2013 o ingresso de 17 profissionais na carreira de servidores técnico administrativos no CAP/UERJ.

nos dois segmentos do ensino fundamental e 288 no ensino médio<sup>74</sup>. As turmas do 6º ano de escolaridade contavam com um total de 128 estudantes matriculados/as, tendo 32 alunos/as por turma. O número de reprovações foi menor tendo apenas 1 estudante retido/a, 1 foi transferido/a e não houve jubilação nesse ano de escolaridade<sup>75</sup>. O quadro docente sofreu uma pequena alteração; o número de efetivos/as era de 111 e de substitutos 95, perfazendo um total de 206 professores/as. A carreira docente do quadro efetivo estava distribuída por categoria da seguinte forma: 14 auxiliares, 45 assistentes, 45 adjuntos e 7 associados. Não havia nenhum/a docente na categoria de titular. A titulação desses/as profissionais também apresentou poucas mudanças: 10 possuíam graduação, 5 especialização, 44 mestrado e 52 doutorado<sup>76</sup>. A carga horária contratual dos/as docentes efetivos/as é semelhante àquela informada no ano anterior: 23 docentes com vinte horas semanais, 86 com quarenta horas, 2 com quarenta horas no regime de dedicação exclusiva. Já o quadro de servidores/as técnico-administrativos sofreu uma mudança mais significativa passando para 76 funcionários/as, sendo 40 do sexo masculino e 36 do sexo feminino. Em 2014, houve o ingresso de 24 profissionais nessa categoria profissional<sup>77</sup>. A direção do CAp é composta por um diretor e uma vice-diretora<sup>78</sup>.

Observando o organograma do Instituto, podemos compreender sua complexidade. As instâncias superiores são a Direção e o Conselho Departamental; todos os departamentos são consultados, mas é nos Conselhos Departamentais que as votações ocorrem e as decisões sobre a unidade são tomadas e encaminhadas para a Universidade. O CAp-UERJ possui 5 coordenadorias e 6 departamentos: Departamento de Ciências Humanas e

<sup>74</sup> Além desses/as o CAp passou a contar com mais 20 alunos/as inscritos/as na primeira turma do Programa de Mestrado Profissional que teve início no ano de 2014. Desse modo, o total de alunos/as agrupando a educação básica e a pós-graduação é de 1121 estudantes.

<sup>75</sup> Em 2014 o número de estudantes jubilados/as aumentou consideravelmente segundo o DataUERJ: quatorze estudantes deixaram a instituição sendo: três no 7º ano, dois no 8º ano, cinco no 9º ano e quatro na 1ª série do ensino médio. O DataUERJ não apresenta dados sobre a evasão de estudantes na instituição. Segundo entrevista com a atual coordenadora do NAPE, a evasão no CAp é pequena em todos os anos de escolaridade.

<sup>76</sup> No item afastamento definitivo docente, os dados do DataUERJ informam que houve, em 2014, no CAp, duas aposentadorias e quatro exonerações.

<sup>77</sup> Com a chegada desses/as profissionais, a idade está concentrada nas seguintes faixas etárias: de 20-29 anos temos dezoito servidores/as, de 30-39 anos outros dezoito. A faixa de 50-59 anos manteve-se inalterada (16 profissionais). ([www2.datauerj.br](http://www2.datauerj.br))

<sup>78</sup> No mês de outubro/2015 foram realizadas as eleições para reitor, vice-reitor, diretores de centro e diretores de unidade da UERJ, incluindo o CAp. Os/as eleitos/as para esses cargos desempenharão essas funções no período de 2016-2019, portanto, o CAp contará com uma nova direção que tomou posse em 01/03/16.

Filosofia (DCHF), Departamento de Ciências da Natureza (DCN), Departamento de Ensino Fundamental (DEF), Departamento de Educação Física e Artes (DEFA), Departamento de Línguas e Literatura (DLL) e Departamento de Matemática e Desenho (DMD).

O CAP/UERJ conta com o seguinte organograma de coordenadorias e departamentos<sup>79</sup>:

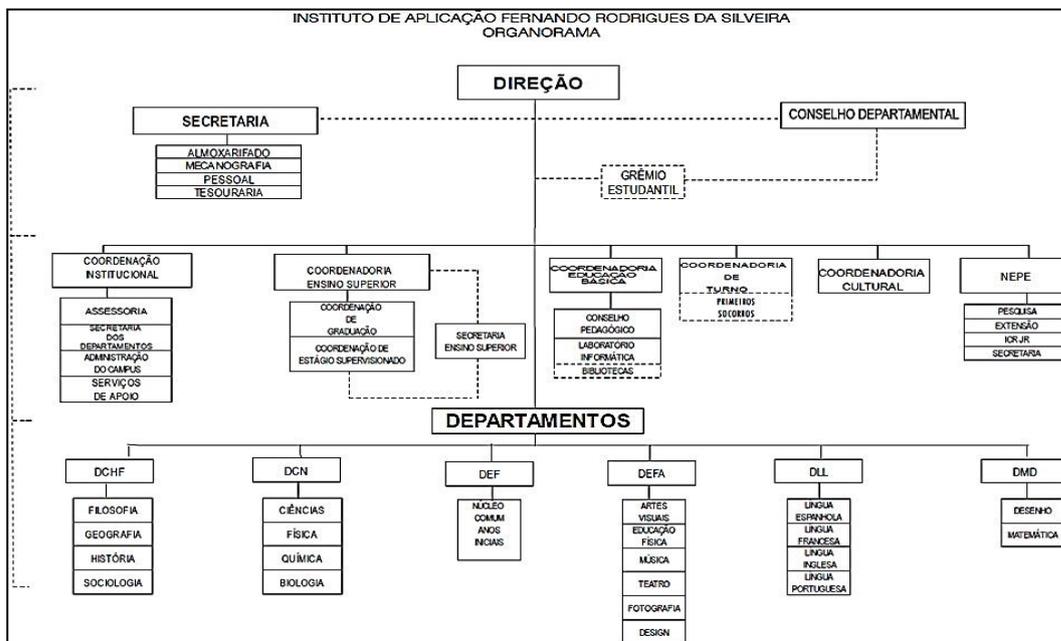


Figura 2: Organograma de coordenadoria e departamentos.

Quanto aos locais de moradia de seus estudantes, o CAP atende a moradores/as de diversos bairros cariocas e também de municípios vizinhos. De acordo com o relatório *Perfil dos Alunos Ingressantes no Ano de 2014* produzido pelas assistentes sociais do colégio, a condição de moradia entre o grupo dos alunos não cotistas que possui imóvel próprio é de 41% e de 15% daqueles que moram de aluguel. Entre os alunos cotistas, 21% possuem moradia própria e 46% alugada. Ainda foi identificado que 25% das famílias dos alunos cotistas vivem em imóvel cedido.

Quanto à localidade, 69% dos alunos não cotistas residem na zona norte, onde 39% vivem em bairros do entorno escolar. Ainda nesse grupo, 27% das famílias entrevistadas residem na zona sul. Quanto às famílias dos alunos cotistas, 66% residem na zona norte, sendo 25% no entorno escolar. Neste mesmo grupo,

<sup>79</sup> Organograma retirado do site do CAP/UERJ ([www.cap.uerj.br](http://www.cap.uerj.br)) em 16/09/15. Nesse quadro ainda não aparece a Coordenadoria da Pós-Graduação – Mestrado em Ensino.

foram identificadas que 13% das famílias entrevistadas moram na região metropolitana. Por ser uma região mais afastada, o deslocamento se torna mais desgastante, principalmente quando se trata de alunos/as do 1º ano do ensino fundamental. Outros/as estudantes residem na zona oeste, 9%, seguidos de 8% que vivem na Leopoldina. Apenas 4% das famílias pertencentes a esse grupo residem na zona sul.

O mesmo relatório para o ano letivo de 2015 apresenta os seguintes dados: quanto à condição de moradia entre o grupo de alunos cotistas, 37% possui imóvel próprio, 18% moram de aluguel e 27% vivem em imóvel cedido. Entre os alunos não cotistas, 33% possuem moradia própria, 30% vivem em imóvel alugado e em 18% dos casos não foi informada a condição de moradia.

No que se refere ao local de moradia, 57% dos alunos cotistas residem na zona norte fora do entorno escolar, 29% residem em bairros do entorno escolar, 9% residem na zona oeste e 5% vivem na região metropolitana. Quanto às famílias dos/as alunos/as não cotistas, 44% residem na zona norte em bairros do entorno escolar, 26% residem na zona norte fora do entorno escolar, 15% residem na zona sul, 11% na zona oeste e 4% residem na região metropolitana. Pode-se perceber que a maior parte das famílias dos alunos cotistas mora em locais distantes da escola, o que é bem desgastante quando se trata de crianças pequenas.

Os dados apresentados até aqui tem como objetivo traçar um panorama do CAP/UERJ, do seu corpo docente e realizar uma primeira aproximação à Lei 6434/13, que implementou a reserva de vagas com cotas raciais no colégio. A seguir, proponho-me a apresentar os sujeitos da pesquisa.

### **3.4 Os sujeitos da pesquisa**

Foram realizadas 14 entrevistas, sendo 10 com professores/as efetivos/as e contratados/as que atuaram nas turmas do 6º ano do ensino fundamental com estudantes/as que ingressaram em 2014 após a implementação da lei que previa a reserva de vagas para esse ano de escolaridade e 4 entrevistas com pessoas ligadas à administração da escola: o diretor da unidade; a coordenadora do NAPE à época da implementação da lei; uma pedagoga do referido ano de escolaridade que

acompanhou as turmas do 6º ano em 2014 e a secretária da escola<sup>80</sup>. Vale ressaltar que a listagem dos professores e professoras que atuaram com essas turmas foi obtida na secretaria da escola e contava com 25 nomes. Desse total, apenas 5 eram professoras do quadro efetivo, os/as demais eram docentes contratados/as que não tiveram seus contratos renovados para o ano letivo de 2015. Dentro dos/as 10 professores/as entrevistados/as estão às professoras efetivas que atuavam nas seguintes disciplinas: três eram de Língua Estrangeira (duas de Inglês e uma de Francês) e as outras duas eram professoras que não tiveram turmas regulares do 6º ano em 2014, atuaram na Recuperação Paralela com um grupo reduzido de estudantes nas disciplinas de Ciências e Desenho. Disciplinas como Matemática, Português, História, Geografia e Ciências ficaram a cargo dos/as professores/as contratados/as. A decisão por entrevistar 10 professores/as foi tomada junto com meu orientador acadêmico por considerarmos que esse número seria significativo dentro do universo dos 25, garantindo que as 5 efetivas estivessem nesse grupo. Os/as outros/as 5 professores/as foram escolhidos/as na tentativa de contemplar as diferentes áreas do conhecimento<sup>81</sup>.

O primeiro contato com esses/as professores/as foi feito através de mensagem por correio eletrônico e, inicialmente, obtive apenas a resposta de uma professora efetiva. Diante desse fato, retornei à secretaria do colégio, verifiquei os endereços dos e-mails, enviei nova mensagem e como não obtive outras respostas solicitei os números de telefones celulares das professoras efetivas. Através desse contato telefônico consegui marcar as entrevistas com essas docentes. Desse modo, iniciei as entrevistas com as professoras efetivas e a secretária da escola. As entrevistas com o diretor, a coordenadora pedagógica e a pedagoga foram realizadas posteriormente e de acordo com a disponibilidade de cada um/a. O principal desafio nesse momento inicial foi contatar os professores e professoras contratados/as uma vez que nenhum deles/as respondeu minha mensagem eletrônica.

A localização desses sujeitos só foi possível quando comecei a utilizar a técnica de *snowball* ou estratégia da “bola de neve” (George Goodman, 1961),

---

<sup>80</sup> Não foram entrevistados o coordenador de turno e a assistente social.

<sup>81</sup> Neste grupo, o tempo de trabalho no CAp variava bastante: o professor Mateus e a professora Fernanda trabalharam na instituição apenas um ano; a professora Flávia lecionou por dois; a professora Monique por três e o professor Cauã por oito anos.

para conseguir encontrar meus/minhas informantes. Essa metodologia de pesquisa prevê a indicação de informantes e é amplamente empregada em pesquisas de diferentes campos do conhecimento, especialmente quando os indivíduos que pretendemos acessar são difíceis de encontrar ou pertencem a um grupo muito específico. Assim, o contato com mais sujeitos permite, através dos primeiros, estabelecer contato com os demais. Tal estratégia se mostrou bastante efetiva no caso desta pesquisa. Assim, as professoras efetivas fizeram contato com os/as contratados/as explicando que receberiam uma mensagem eletrônica sobre a participação em uma pesquisa de doutoramento e, só então, as respostas começaram a chegar ao meu e-mail.

As entrevistas foram realizadas num período de 4 meses e ocorreram em locais distintos: 9 nas dependências do CAP, 2 no campus da UERJ Maracanã, 1 na PUC-Rio, 1 no local de trabalho da depoente após o término das aulas, 1 na casa da depoente. Antes das entrevistas, os/as participantes preencheram uma ficha com informações sobre sua formação acadêmica, tempo de atual profissional, local de trabalho, disciplinas e anos de escolaridade que lecionam e que lecionaram quando estavam no colégio. Além disso, todos os/as entrevistados/as assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Foram entrevistados/as professores/as de Desenho (1), Língua Estrangeira (3) (Inglês e Francês), Ciências (2), Matemática (1), Português (1), Geografia (1) e História (1). É importante esclarecer, mais uma vez, que das cinco professoras efetivas três eram de Língua Estrangeira e duas atuaram com alunos/as apenas na Recuperação Paralela.

O tempo de trabalho no magistério, entre as professoras efetivas, varia entre 17 a 34 anos. Dentre elas, três trabalham atualmente apenas no CAP, uma leciona em mais duas escolas sendo uma federal e a outra da rede privada, uma é professora do ensino superior na Faculdade de Formação de Professores/FFP/UERJ, no Departamento de Letras. Já entre os/as professores/as contratados/as o tempo de trabalho no magistério é de 4 a 10 anos. Nesse grupo, todos/as lecionavam em mais de uma instituição enquanto foram professores/as do CAP.

As idades variaram bastante, entre 25 e 56 anos, compreendendo os dois grupos de entrevistados/as. No grupo das professoras efetivas, quatro estão na

faixa etária dos 50 anos e a mais nova com 42. Entre os/as contratados/as, as idades estão entre 25 e 33 anos, revelando que esse conjunto de sujeitos é, como esperado, mais jovem e menos experiente.

No que diz respeito à formação, todos/as os/as professores/as entrevistados/as possuem pós-graduação. Entre as professoras efetivas, três possuem mestrado e duas têm doutorado. No grupo dos/as contratados/as, três já concluíram o mestrado, uma está cursando mestrado em ciência, tecnologia e educação, e um está cursando o doutorado em geografia. Esses dados indicam um bom grau de comprometimento e preocupação dos/as entrevistados/as com sua formação continuada.

Codinome	Sexo	Idade	Disciplina	Tempo de magistério	Número de escolas que atua
Rita	F	56	Inglês	34 anos	1
Rose	F	50	Ciências	31 anos	1
Jussara	F	52	Desenho	26 anos	3
Isabel	F	42	Inglês	20 anos	2
Miriam	F	56	Francês	17 anos	1
Flávia	F	25	Ciências	4 anos	2
Fernanda	F	25	Matemática	4 anos	2
Mateus	M	27	Geografia	4 anos	1
Monique	F	30	Português	6 anos	3
Cauã	M	33	História	10 anos	3

**Tabela 7:** Professores/as entrevistados/as<sup>82</sup>

No grupo de profissionais ligados/as à administração do CAP, foram entrevistadas/o três mulheres e um homem com idades que variam entre 30 e 66 anos. Todos/as são servidores/as efetivos, três trabalham apenas nessa instituição e uma atua também na rede pública estadual do município de Duque de Caxias. Três possuem experiência no magistério e o tempo de atuação varia de 14 a 47 anos; um atua na educação básica e também no Curso de Mestrado Profissional na área de concentração voltada ao “Cotidiano e Currículo no Ensino Fundamental”.

<sup>82</sup> As professoras Rita, Rose, Jussara, Isabel e Miriam pertencem ao quadro de docentes efetivas, enquanto Flávia, Fernanda, Mateus, Monique e Cauã compõem o grupo dos/as professores/as contratados/as.

No que diz respeito à formação, um possui doutorado em educação, uma mestrado em educação, uma é graduada em Serviço Social, uma está cursando o Mestrado Profissional em Ensino no CAp/UERJ. Percebemos também nesse grupo que os/as profissionais têm uma formação sólida.

No que se refere às características etnicorraciais, captadas pela ficha de identificação do/a entrevistado/a (Apêndice 3) que os/as entrevistados/as preencheram previamente na qual foi perguntada a cor da pele<sup>83</sup>, dos/as quatorze entrevistados/as, a maioria, dez se declarou branca, uma parda e três negros/a. Ressalto que, segundo minhas observações, outros/as entrevistados/as poderiam ser classificados/as como pardos/as o que pode indicar que a autodeclaração das características étnico-raciais carrega muita subjetividade.

Outra pergunta que constava na ficha de identificação, dizia respeito à inserção em outros espaços de participação, apenas três dos/as entrevistados/as indicaram que participam de algum grupo ou organização, sendo citados nos casos respondidos os grupos de pesquisa institucionais que fazem parte, dois no próprio CAp/UERJ e outros dois ligados a grupos de pesquisa que estão diretamente relacionados com o doutoramento de um dos professores entrevistados.

Considerando essa descrição preliminar do campo de pesquisa e o perfil dos/as entrevistados/as, os itens seguintes, com base nas entrevistas com professores/as e profissionais ligados/as à administração do CAp, estarão organizados em quatro grandes temas:

1. experiência profissional no CAp/UERJ;
2. representação sobre as políticas de ação afirmativa no Brasil e no CAp;
3. descrição do perfil dos/as estudantes;
4. posicionamentos em relação à experiência de implementação de cotas raciais no CAp.

Apresentarei a seguir, os dados do primeiro tema abordado nas entrevistas pelos sujeitos pesquisados/as. Os demais temas serão relatados no capítulo reservado à análise das representações, pontos de vista e pensamentos dos/as

---

<sup>83</sup> A ficha preenchida pelos/as entrevistados/as foi produzida no GECEC e está dividida em três blocos: identificação, formação e atuação profissional. No primeiro bloco, o item cor aparece conforme está estabelecido nas pesquisas realizadas pelo IBGE em que são definidas cinco categorias: branco, pardo, preto, amarelo e indígena.

depoentes em diálogo, sempre que possível, com a literatura que fundamenta teoricamente esta investigação.

### 3.5 Experiência profissional no CAP/UERJ

Os/as profissionais entrevistados/as, tanto professores/as quanto aquele/as ligado/as à administração do colégio, foram questionados/as sobre o que consideravam mais positivo na vida acadêmica no CAP/UERJ e apontaram os seguintes aspectos: os momentos de troca, de trabalho em parceria entre profissionais antigos e novos de diversos setores da instituição; trabalho em equipes de disciplinas; a convivência com pessoas de diferentes formações; a diversidade do corpo discente no que diz respeito aos aspectos socioeconômicos, culturais e étnicos; a metodologia de ensino diferenciada; a qualidade e excelência do ensino; o pequeno número de estudantes na sala de aula (em média 32); a possibilidade de contribuir com a formação dos/as estudantes; a oportunidade de atuar em diferentes níveis de ensino, desde a educação básica até a pós-graduação e de desenvolver projetos de pesquisa e extensão.

O depoimento do diretor ressalta o que significa ser uma instituição que trabalha com diferentes níveis de ensino.

A possibilidade de estar experimentando diferentes lugares aqui, convivendo com diferentes pessoas, de alguma forma aprendendo com cada uma delas; isso para mim é muito rico. Uma pluralidade de ideias em constante convívio, às vezes, em disputas, às vezes, em acordo. Acho que o CAP tem essa riqueza e, como professor a gente sente essa diferença comparativamente a outros espaços escolares onde atuei. Não quer dizer que eles fossem pobres, não é isso, mas aqui é diferente, parece que as coisas rolam de uma forma mais intensa o tempo todo. Eu acho que é da própria natureza da unidade porque, o fato de ter um foco direcionado às diferentes formações, acho que já traz isso, parece que nada aqui se perde. Você tem que atender diferentes formações e atuar em diferentes formações, então você vive com uma miríade de profissionais, não só com essas formações diferentes, mas com tempos diferentes de formação, alguns mais experientes outros menos experientes e você vai ao longo do tempo percebendo que você vai fazer parte dessa engrenagem, você já foi menos experiente e passa a ser um dos mais experientes e vai ajudar a formar muitos daqueles que serão os futuros experientes, que vão lidar com um público que também é diferente daquele público que você trabalhou alguns anos atrás, eu agora tenho colegas que foram meus alunos. Então, é isso, o CAP proporciona isso para a gente. Lógico que é muito difícil, muito trabalho porque, diferente daquelas escolas convencionais, não existe muito aquele padrão, existe uma coisa que está em construção. (Diretor)

Vale ressaltar, que para 8 dos/as 10 professores/as entrevistados/as, o aspecto positivo mais destacado foi a autonomia que esses/as profissionais têm para trabalhar os conteúdos em sala de aula; para organizar os planejamentos.

Uma característica que me agrada muito no CAp também é a liberdade que o professor tem em sala de aula. Apesar de ter o Núcleo Pedagógico atuante, apesar de ter uma série de vínculos com a UERJ, o professor é livre pra fazer o que ele quer em sala de aula. Experiências, dinâmicas, atividades de campo, isso é uma questão importante também que sempre me estimulou muito a trabalhar no CAp porque eu sempre tive liberdade pra fazer o que eu queria em sala de aula, coisa que eu nunca tive nas escolas particulares. (Professor Cauã)

O CAp me trouxe uma experiência de liberdade profissional, uma autonomia dentro de sala de aula que eu não tenho, por exemplo, nas escolas particulares e dentro do outro programa que eu tinha um cronograma muito mais rígido a ser cumprido. No CAp eu tinha uma liberdade de fazer as programações e os planejamentos a minha maneira e isso era muito bom porque você consegue ditar o seu ritmo e consegue aproveitar melhor o que a turma te oferece de acordo com o que você vai pescando ali e vai entendendo do andamento do processo. (Professora Flávia)

Ainda nas perguntas iniciais da entrevista, os/as profissionais foram interpelados/as sobre o que consideravam como aspectos negativos ou menos gratificantes no CAp. As respostas não foram tão semelhantes como as do item anterior, mas alguns pontos comuns foram ressaltados pela maioria dos/as entrevistados/as. Entre esses pontos estão: a infraestrutura do colégio, especialmente no que diz respeito à precariedade das instalações, como por exemplo, do laboratório de ciências que, apesar de novo, não contava com ar condicionado para o bom andamento das aulas; falta de material audiovisual, de projetor multimídia, de computadores com acesso à internet, de salas de aula com acústica adequada para as aulas de língua estrangeira, de materiais usados no cotidiano da sala de aula como pilot para quadro branco que, foram comprados, conforme o relato de um professor, com recursos próprios.

Outro ponto não gratificante comum diz respeito às questões disciplinares dos/as estudantes. De acordo com 5 professoras, esses problemas precisam ser enfrentados pela coordenação pedagógica de maneira mais efetiva. Uma delas sugere que haja no colégio um/a psicólogo/a que possa orientar os/as estudantes e também os/as docentes que atuam com esses/as alunos e alunas. Ainda dentro desse item relativo aos/as estudantes, 3 professoras consideram que a existência de atendimento educacional especializado poderia minimizar “problemas” com alunos/as que apresentam algum diagnóstico – necessidades educativas especiais

– com a presença de mediadores/as nas salas de aula. Comum também é a queixa com relação à remuneração dos professores e professoras contratados/as, a ausência de leis trabalhistas que garantam os direitos desses/as profissionais o que favorece frequentes ausências e, conseqüentemente, a rescisão de muitos contratos. O relato do professor Cauã é bastante contundente:

Em termos pessoais e profissionais é a questão da falta de leis trabalhistas, não é? A gente não tem direito a 13º, a gente não tem direito a férias e isso é muito desgastante. A diferença salarial entre efetivos e contratados é brutal, chega a ser irrisório. É surreal a diferença. (...) isso é um problema, a grande diferenciação entre contratados e efetivos, que é uma coisa, assim, em níveis, assim... muito grandes.

A questão salarial também foi apontada pela professora Rose que pertence ao quadro de efetivas. Para ela, os/as profissionais do CAP precisam ser mais valorizados/as, o lugar que o colégio ocupa dentro da UERJ precisa ser reconhecido pela universidade e também pelo Governo do Estado. Essa professora e também a professora Flávia acreditam que as baixas remunerações, tanto para efetivos/as quanto para contratados/as, se deve às questões políticas existentes entre o colégio e a universidade.

Além desses pontos comuns, a professora Monique destaca que muitos alunos e alunas do Ensino Médio vêm fazendo o ENEM, desde o 1º ano, e deixam o colégio para ingressarem na universidade. Para ela, esse seria um aspecto negativo porque a instituição vem perdendo seus/as estudantes. Já os professores Cauã e Mateus perceberam como uma dificuldade a falta de acompanhamento dos familiares de alunos/as que pertencem a classes sociais mais baixas no momento de realização das tarefas escolares, como deveres de casa ou mesmo rotina de estudos para as avaliações trimestrais. Outra dificuldade apontada pelo professor Cauã foi a realização de trabalhos de campo, especialmente, viagens para outros municípios. Para a professora Miriam, falta uma filosofia na escola que seja compartilhada por todos/as que possa contribuir para a formação integral dos alunos e alunas.

Considero importante destacar o depoimento da secretária da escola que considera um aspecto negativo a falta de rigidez das direções do colégio. Segundo ela, a autonomia concedida a setores da instituição interfere no bom andamento das ações escolares:

Eu ainda não vi nenhuma direção, com a palavra direção mesmo que ela cobre que ela seja uma direção mais rígida. Eu acho o colégio muito solto. Mesmo trabalhando nas direções, as direções começam de uma forma que vai dar certo, mas quando você vê a coisa fica solta. Porque eu acho também que os diretores, eles deveriam ter uns assessores muito bem treinados pra isso, pras coisas não chegar a eles, aquele assessor ele iria cuidar de alguns casos que o diretor realmente não tem muita condição por falta de tempo. (...) A coisa tomou um rumo de tanta autonomia dos setores, que quem trabalha no geral, que sou eu, que fecha todos os setores, eu não tenho mais controle sobre isso. Isso me entristece muito, por que eu vejo desigualdade, e eu não gosto disso, entendeu? Eu acho que se o contratado falta, ele é igual a mim que falta eu não tenho essa diferença, entendeu?

As ponderações feitas pelo diretor da unidade no que diz respeito aos aspectos negativos também merece destaque. Para ele, há no país uma conjuntura desfavorável à educação brasileira ao considerar que as políticas públicas para os setores educacionais, de saúde, de emprego e de segurança “não vêm no tempo necessário, não vêm com a velocidade necessária para o atendimento às demandas que já estão acontecendo e que já vinham se fazendo”. Falando do CAP, especificamente, ressalta que:

Em uma unidade como o CAP, por exemplo, diria isso para todas as outras escolas, você não ter os insumos, passando seja pela condição da infraestrutura, porque a unidade cresce, as pessoas que vêm para cá almejam coisas, querem construir coletivamente algumas, individualmente outras, mas querem construir, e aí você perceber que a estrutura, o fomento não acompanha esses projetos, não só desejos mas projetos, isso te deixa um pouco baqueado, mas, ao mesmo tempo, como a gente costuma trabalhar nas brechas a gente acaba superando essas situações, propondo saídas, para não perder a qualidade, não deixar a peteca cair, para não perder inclusive a tradição, porque acho que a tradição, nesse sentido, é uma tradição calcada em uma qualidade, mesmo que a gente possa questionar que tipo de qualidade é essa, mas demonstrar que a escola pública é possível, acho que ainda existe esse desejo, existe ainda esse projeto. (...) os problemas não deixam de estar postos, de infraestrutura, falta de pessoal, de condições que bloqueiam o crescimento da unidade, a unidade vive represada em muitos dos seus aspectos, mas mesmo assim ela consegue produzir.

Encerrando o bloco inicial de perguntas, pedi aos/às entrevistados/as que apontassem como os aspectos negativos listados poderiam ser superados. As sugestões vão desde a integração entre os departamentos, coordenações e direção do CAP, a necessidade de que o trabalho seja desenvolvido coletivamente, que o diálogo seja a tônica entre todos os setores do colégio, que as famílias tenham participação cada vez maior na vida escolar dos/as estudantes, que o repasse de insumos pela universidade para a unidade seja feito adequadamente. A coordenadora pedagógica do NAPE foi taxativa em seu posicionamento: “A

universidade tinha que melhorar as nossas condições físicas de trabalho. Não vejo outra alternativa. Acho que internamente a gente não tem como fazer isso”.

Diante desse conjunto de propostas, ousou afirmar que o CAP enfrenta dificuldades comuns a outras instituições públicas de ensino, porém, a integração com a universidade, como sugere a professora Rose, a valorização dos/as profissionais do colégio e o reconhecimento do CAP como uma unidade acadêmica da UERJ pela própria universidade, bem como seu reconhecimento como uma escola de excelência, seria o início de um processo para a superação dos problemas apontados pelos/as entrevistados/as. Mesmo diante dos problemas citados, o CAP/UERJ é uma instituição de reconhecido prestígio social, almejada por muitas famílias que anseiam por uma formação de qualidade, o que justifica o aumento na procura de inscrições para seus processos seletivos. Neste contexto, é que se inserem as políticas de reserva de vagas para o CAP/UERJ, tema central desta pesquisa.